

DECRETO Nº 20, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2023



Altera e insere os §§ 1º e 2º no art. 6º, altera o art. 9º e art. 10 do Decreto Executivo nº 027, de 19 de março de 2015, que Regulamenta os dispositivos da Lei Complementar nº 002, de 28 de dezembro de 2001 - Código Tributário Municipal, dispondo sobre a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e; Recibo Provisório de Serviços - RPS e Declaração Eletrônica de Serviços - DES, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA MARIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

CONSIDERANDO que o Poder Público, sempre que possível, deve adotar medidas tendentes à simplificação e modernização da ordem tributária;

CONSIDERANDO a necessidade de atualizar o modelo atual da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, DECRETA:

Art. 1º Altera e insere os §§ 1º e 2º no art. 6º, altera o art. 9º e o art. 10 do Decreto Executivo nº 027, de 19 de março de 2015, com a seguinte redação:

"Art. 6º Para fins do disposto neste capítulo, fica aprovado o novo modelo de Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e, conforme Anexo I, contendo as seguintes informações:

- I - brasão e dados do Município de Santa Maria;
- II - denominação NFS-e - Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e;
- III - QR CODE de consulta da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e;
- IV - identificação da Nota Fiscal:
 - a) data e hora da Competência/emissão;
 - b) data e hora da geração;

- c) código de autenticidade;
- d) natureza da operação
- e) número da nota;
- f) número Recibo Provisório de Serviços - RPS;
- g) série RPS;
- h) data de emissão do RPS;
- i) local do serviço;
- j) país;
- k) município de incidência;
- l) nº processo Suspensão Exigibilidade.

V - identificação do prestador de serviços:

- a) Cadastro de Pessoa Física/Jurídica - CPF/CNPJ;
- b) inscrição municipal;
- c) razão social;
- d) nome fantasia;
- e) endereço;
- f) telefone;
- g) e-mail.

VI - identificação do tomador de serviços, com:

- a) CPF/CNPJ;
- b) inscrição municipal;
- c) razão social;
- d) nome fantasia;
- e) endereço;
- f) telefone;
- g) e-mail.

VII - dados do intermediário:

- a) CPF/CNPJ;
- b) inscrição municipal;
- c) razão social;
- d) nome fantasia;
- e) endereço;
- f) telefone;
- g) e-mail.

VIII - discriminação dos serviços.

IX - dados para apuração do ISS, com:

- a) Identificação da atividade;

- b) alíquota;
- c) identificação do subitem da Lei Complementar Federal nº 116/2003;
- d) identificação do Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE;
- e) código NBS (Nomenclatura Brasileira de Serviços Intangíveis e outras Operações que produzam Variações no Patrimônio);
- f) valor total dos serviços;
- g) desconto condicionado;
- h) desconto incondicionado;
- i) dedução da base de cálculo,
- j) base de cálculo;
- k) total do ISS;
- l) indicação do ISS retido;
- m) responsável pela retenção.

X - valores das retenções de impostos:

- a) PIS;
- b) COFINS;
- c) INSS;
- d) IRRF;
- e) CSLL;
- f) ISS retido;
- g) outras retenções.

XI - valor líquido da nota;

XII - construção civil:

- a) Código Nacional da Obra - CNO;
- b) Anotação de Responsabilidade Técnica - ART.

XIII - Informações Complementares."(NR)

§ 1º Em caso de emissão de NFS-e com natureza de Operação Exigibilidade Suspensa por decisão judicial ou Exigibilidade Suspensa por processo administrativo, deverá ser informado o número do processo que deu causa a referida suspensão.

§ 2º Os valores referentes às deduções legais da base de cálculo deverão ser lançados no campo deduções da base de cálculo" e discriminados no campo informações complementares.

§ 3º Considera-se intermediário aquele que aproxima duas ou mais pessoas para a realização de uma prestação de serviço, sem aplicação de capital próprio, concilia o interesse das partes e oferece assistência até a conclusão do negócio.

..

§ 4º Para os contribuintes que possuam sistema integrado na data da implantação da versão Abrasf 2.04, a versão anterior da NFS-e ficará disponível para o acesso até o dia 30 de abril de 2023.

§ 5º Aqueles que começarem a utilizar o sistema integrado após a implantação da NFS-e versão Abrasf 2.04 terão acesso somente ao WebService 2.04 (novo padrão)." (NR)

Art. 10. Para os contribuintes que não utilizem NFS-e via integração não será mais necessário solicitar o RPS de contenção físico. O campo do sistema "data e hora da Competência/emissão" ficará editável para o contribuinte pelo prazo de 10 (dez) dias possibilitando gerar documento de forma retroativa. Decorrido o referido prazo, o sistema fará o bloqueio automático da função de editar o campo.

Parágrafo único. O contribuinte que ainda estiver de posse de RPS de contenção físico poderá realizar a devolução do mesmo até o dia 30 de abril de 2023, junto ao Município." (NR)

Art. 2º Revoga o § 6º do art.9º, do Decreto Executivo **27**, de 19 de março de 2015.

Art. 3º Este Decreto Executivo entra vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em Santa Maria, aos 22 dias do mês de fevereiro de 2023.

Jorge Cladistone Pozzobom
Prefeito Municipal

[Download do documento](#)